



Oliveira do Bairro câmara municipal

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA  
DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO  
BAIRRO, REALIZADA NO DIA 21 DE  
DEZEMBRO DE 2018 .....**

Aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, nesta Cidade de Oliveira do Bairro, na Sala de Reuniões de Câmara Municipal, sita nos Paços do Município, realizou-se pelas catorze horas e trinta minutos, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Duarte dos Santos Almeida Novo e com a participação do Vice-Presidente da Câmara Jorge Ferreira Pato e dos Vereadores Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, António Augusto Marques Mota, Álvaro Miguel Ferreira Ferreira e Rui Jorge Marques Santos, a reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, ao abrigo do disposto no art.º 41.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.....

.....  
Pelo Presidente da Câmara foi declarada aberta a reunião, tendo-se procedido à apreciação dos assuntos constantes da respetiva Ordem de Trabalhos, antecipadamente entregue a todos os Vereadores. ....

**PONTO 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA | ASSUNTOS DE INTERESSE CONCELHIO.**

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara o e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Rui Santos. ....

O **Vereador Álvaro Ferreira**, fez referência à notícia que tem circulado por vários meios de comunicação a nível nacional, relacionada com a morte do senhor que ficou conhecido por ter aparecido no seu veículo a chorar compulsivamente ao lado do Presidente da República porque tudo tinha perdido na calamidade dos incêndios de 2017. Disse que ao ver a notícia primeiramente sentiu emoção, mas depois tinha sentido vergonha enquanto político, porque assumir tudo aquilo com que se comprometem com a população na hora da tragédia, e depois não acontece, tudo se desvanece e passado um ano sobre os factos o senhor não teve a sua habitação, que lhe tinha sido prometida pelo Presidente da República, pelo Governo, pela Câmara Municipal local e nada foi feito, o que para si, deve envergonhar a todos, descredibilizando a classe política. ....

Acrescentou que no âmbito da Autarquia Local, que era onde estava inserido enquanto político, também não se devia brincar aos compromissos, sendo essa a sua maneira ser e de estar e por isso se orgulhava de ser “queixinhas”, que foi o que tinha sido dito da “nova oposição”, mas era essa a posição que tinha que ter e iria continuar a ter em todos os sentidos, porque era esse o espírito que deveriam ter e valorizar a coerência política credibilizando a classe que é preponderante nos destinos,



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

não só do país como também das autarquias locais. ....

Desejou que o ano de 2019 fosse o ano da materialização daquilo que o PSD, constantemente solicita à Câmara Municipal, estando disponíveis para ajudar a concretizar, mas que se queixarão sempre...

O **Vereador António Mota**, começou por dizer que o Presidente da Câmara costumava ser muito expedito no que respeitava à resolução de muitos problemas e por isso gostava de saber, relativamente à participação que tinha sido feita, sobre o que se tinha passado no kartódromo, se já havia alguma solução ou justificação, se já se sabia quem tinha feito e quais eram as diligências que estavam a ser efetuadas. ....

Relativamente ao Balcão do Espaço Empresa, disse que passado um mês da sua inauguração, com pompa e circunstância, gostaria de saber o que tem acontecido no mesmo, se funciona, quantos atendimentos foram efetuados, quem se tem socorrido do mesmo. ....

Sobre a EN 335, mais propriamente no lugar do Sobreiro, gostaria de saber de quem era a competência de executar os trabalhos necessários, que estavam à vista, porque na mesma via, mas mais à frente, já havia também necessidade de intervenção, sendo uma situação preocupante porque, com as chuvas, os abatimentos do piso iriam continuar correndo o risco de a via ficar intransitável....

Reportando-se à entrevista dada pelo Presidente da Câmara ao Jornal da Bairrada, publicada na última edição, disse que não iria comentar no momento, esperando que o Chefe do último Executivo diga algo relativo às acusações que foram feitas e ao teor das respostas dadas pelo Presidente da Câmara. ....

Disse que relativamente à entrevista, foi referido pelo Presidente da Câmara que, e passou a citar *“tendo em conta a situação financeira que foi encontrada era muito positiva e concretizámos”*, fim de citação, para si não fazia sentido. Dirigindo-se ao Presidente da Câmara disse que este deveria ser mais comedido ao ataque que faz a quem tudo fez para que estivesse no lugar que agora ocupa, nomeadamente a Mário João Oliveira e ao seu Executivo, porque o que foi dito na entrevista, tinha muita mentira havendo mesmo coisas que não podem ser ditas. ....

Acrescentou que iria aguardar para verificar se o senhor Mário João Oliveira fazia algum comentário sobre a notícia, porque admirava um homem muito frontal que sempre reagia quando era atacado de forma severa, o Dr. Acílio Gala que teve sempre essa atitude quer enquanto Presidente quer depois de ter deixado a Presidência do Município. ....

Ainda sobre a entrevista, disse que lhe dava a sensação de que o Presidente da Câmara estava muito baralhado relativamente a uma série de assuntos ou então queria fazer passar um conjunto de situações que não correspondiam à verdade. Solicitou que quando voltasse a haver entrevistas do género, que o Presidente da Câmara fosse mais comedido e pensasse na forma como atacava as pessoas sem qualquer tipo de razão para o fazer. ....

O **Vereador Rui Santos**, deu nota que também iria utilizar a entrevista dada pelo Presidente da



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

Câmara ao Jornal da Bairrada, como guião para o presente ponto. ....

Relativamente ao termo “*antiga oposição*” que o Presidente da Câmara utilizou para classificar a oposição, disse que o tinha deixado um pouco intrigado e gostaria de ser esclarecido sobre o mesmo, se era pela idade dos Vereadores, a sua e do Vereador Fernando Silva, que efetivamente eram os elementos com mais idade do Executivo e, se assim fosse, considerava um cumprimento, porque desde pequenino e na sua vida militar que estava habituado a respeitar as pessoas mais velhas, mas tinha as suas dúvidas se era esse o sentido que se pretendia dar, ou se calhar estava-se a referir à antiga oposição, àquela que o Presidente, o Vice-Presidente e a Vereadora tinham ocupado quando aprovaram os orçamentos do anterior Executivo, que agora tantos constrangimentos está a provocar.. Acrescentou que em representação de um movimento, o UPOB, também tinha aprovado um orçamento, porque foi entendimento do movimento UPOB, dar um ano de benefício da dúvida e também porque algumas das propostas pretendiam ir ao encontro daquilo que também eram as grandes preocupações do UPOB em relação ao Concelho de Oliveira do Bairro, e se calhar tinha havido algum paralelismo e o Presidente da Câmara tinha utilizado o termo nesse sentido. ....

Referiu que também foi dito que quem estava no lado da oposição, não tinha experiência e nesse sentido havia um equívoco, porque o Vereador Fernando Silva tinha feito parte do Executivo que projetou o maior desenvolvimento industrial no Concelho de Oliveira do Bairro há cerca de vinte anos atrás.....

No que diz respeito à Educação já muito tinha sido dito e o primeiro passo importante tinha sido dado no que respeito ao IPSB, no entanto o UPOB achava que deviam ser dados mais passos, os quais não se vislumbram. ....

Relativamente às zonas industriais, disse que gostaria de saber o ponto de situação sobre a aquisição dos terrenos, sabendo que para a zona industrial de Vila Verde já tinham sido feitas escrituras, questionando qual a percentagem de terrenos adquiridos em relação ao que pretendem adquirir deduzindo que tenham ficado, no meio, parcelas que não foram adquiridas e gostava de saber qual seria o procedimento a ter para a aquisição dessas parcelas, uma vez que utilizaram um critério que para si não tinha sido o melhor, mas foi o critério da Câmara Municipal e respeitava, na Palhaça sabe que já se tinha realizado uma reunião onde foi apresentada a proposta aos proprietários. ....

No que diz respeito ao Associativismo, foi dito pelo Presidente da Câmara, e bem, que o Regulamento de Apoio às Associações deveria ser revisto, julgando que todos concordavam, pois, mesmo tendo aprovado o atual Regulamento, sempre foi da opinião que seria melhor ter um mau regulamento do que nenhum, no entanto o mesmo necessita urgentemente de ser revisto e melhorado, pois com certeza o Presidente da Câmara terá conhecimento dos constrangimentos que o mesmo estava a causar às Associações. Lembrou que na altura tinha sido proposto um Gabinete de Apoio às Associações, porque o Município tem que ajudar as Associações a viverem e não a criar dificuldades,



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

o mesmo não foi aceite assim como também não tinha sido aceite o período de transição proposto e os resultados estavam à vista, havendo muitas Associações com dificuldades em cumprir com a parte burocrática e a Câmara poderia auxiliar nesse sentido. Acrescentou que se o objetivo do Regulamento era dificultar, o objetivo estava a ser cumprido. ....

Referiu que a bem da transparência e do que tem sido defendido pelo Presidente da Câmara, deveria ser publicado no final de cada ano um quadro comparativo dos subsídios atribuídos às Associações nos últimos cinco anos. ....

O **Presidente da Câmara**, respondendo às questões suscitadas pelos Vereadores, no que diz respeito à questão da EN 335 no Sobreiro, disse que já tinha sido dito que a intervenção era da responsabilidade da ADRA e todos os abatimentos que acontecem depois da concessão eram da responsabilidade da concessionária e como tal era com a mesma que se tem exigido. ....

Relativamente à questão do kartódromo, disse que tinha seguido o caminho para quem de direito para ser feita a devida investigação, sabendo que a mesma está a ser efetuada. Referiu que assim que existam dados, serão dados a conhecer. ....

Sobre o Balcão Espaço Empresa, disse que iria pedir a recolha dos dados solicitados, os quais faria chegar assim que os tivesse em sua posse. ....

Relativamente às aquisições dos terrenos da zona industrial de Vila Verde, informou que tinham sido adquiridos cerca de 40% dos terrenos, tendo sido para mais de sete hectares de terreno. Acrescentou que ainda na presente data iriam fazer mais uma escritura e o procedimento era esse, à medida que as pessoas iam regularizando os terrenos os mesmos iam sendo adquiridos, porque o grande e único entrave era a regularização dos terrenos para os poderem vender à Câmara Municipal. ....

No que diz respeito ao Regulamento de Apoio às Associações, disse que se havia apoio a ser dado às Associações tem sido no presente ano, sendo prestados todos os esclarecimentos no momento, através de telefonemas, presencialmente ou de que forma fosse, os esclarecimentos eram dados. Deu como exemplo uma situação burocrática que também não estava a perceber e falou diretamente com o Revisor Oficial de Contas no sentido de se chegar a uma conclusão e ser dado o apoio à Associação em devido tempo, apesar de ter sido referido à Associação em questão, há mais de seis meses, os procedimentos que teria que efetuar. Acrescentou que a Câmara não se podia substituir por completo às Associações a elaborar documentos, dando nota que há associações que não fazem atas há três ou quatro anos sendo um dos documentos necessários e relativamente ao tempo disponível para virem assinar, também se disponibilizam para ficarem fora de horas de expediente para assinarem os contratos. ....

Referiu que com toda a certeza no próximo ano o procedimento será mais fácil, pois já terão mais facilidade em reunir a documentação necessária, porque o que custa é a primeira vez e não estavam habituados ao procedimento atual, porque anteriormente os subsídios eram atribuídos e eram



Oliveira do Bairro câmara municipal

entregues.....

Sobre a entrevista que deu ao Jornal da Bairrada, a nova e a velha oposição disse que poderão classificar como entenderem. Se os Vereadores da oposição já cá tinham estado teriam uma análise e os Vereadores que não estiveram teriam outra análise, mas a interpretação será feita como cada um entender, o importante é sentirem-se bem com eles próprios.....

Relativamente às queixinhas, dirigindo-se ao Vereador Álvaro Ferreira, disse que este faria o seu trabalho de Vereador que antes de mais era contribuir para que todos os munícipes tenham melhor qualidade de vida e entende que o deva fazer, mas que o faça como a sua consciência entender ser o melhor.....

No que diz respeito às mentiras, disse que gostaria de saber quais tinham sido as mentiras, porque ainda não tinha conseguido descortinar onde é que tinha mentido sobre o quer que seja na sua entrevista. ....

O **Vereador António Mota**, referiu que o Presidente da Câmara tinha questionado sobre as mentiras, mas como não pretendia falar sobre a entrevista, disse que uma mentira que tinha acabado de ser dita foi na última intervenção do Presidente da Câmara quando referiu que no anterior Executivo os apoios às Associações eram atribuídos e entregues, recordando que nunca tinha sido assim, porque os subsídios só eram entregues às Associações depois da entrega da documentação exigida, poderá dizer que na altura não era solicitado o registo criminal, recordando que eram exigidas as contas, o plano de atividades e orçamento e a ata relativa à composição dos órgãos sociais. ....

O **Presidente da Câmara**, agradeceu o esclarecimento, mas voltou a referir que em muitos casos os elementos não estavam todos reunidos, equacionando o facto de alguns elementos se terem extraviado. ....

**PONTO 2 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 56 – MANDATO 2017/2021 - PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS VÍNCULOS PRECÁRIOS NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL – LEI N.º 112/2017, DE 29 DE DEZEMBRO – REQUERIMENTO APRESENTADO POR FÁBIO MIGUEL NEVES DE ALMEIDA EM 30.01.2018** .....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e os Vereadores Álvaro Ferreira, António Mota e Rui Santos. ....

O **Presidente da Câmara**, referiu que era um assunto que já tinha vindo a reunião de Câmara relativamente à questão da precaridade e do reconhecimento da mesma. Face à decisão tomada na altura e tendo em atenção os procedimentos efetuados, pelo interessado, o assunto vem novamente a este órgão para deliberar sobre as diligências efetuadas. ....



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

O **Vereador Álvaro Ferreira**, disse que da primeira vez que o assunto tinha vindo à reunião de Câmara, não interveio, mas desta vez e pela informação que leu, achou estranho o teor da mesma pelo tipo de conclusões que nela constam. ....

Disse que no anterior Executivo, teve a oportunidade de acompanhar de perto o trabalho desenvolvido, por alguns funcionários da Câmara Municipal e sabe que no caso em concreto o funcionário teve um papel ativo quando houve a triplicação do valor da taxa de IMI para os prédios em ruína e também sabe que o funcionário esteve muito tempo a executar diferentes tipos de trabalho para várias outras situações e todo o trabalho de apoio que executou na área das finanças e por isso acha estranho. Acrescentou que na altura tinham visto e bem que em relação a outros funcionários da Câmara Municipal, que também realizam trabalhos específicos, os contratos foram revistos e por isso acha estranho que em relação ao funcionário em concreto que realiza também um trabalho específico, a situação não seja revista.....

Mencionou que na informação era referido que existiam plataformas informáticas que atualmente ajudam a ter acesso a um determinado tipo de informações, informações essas que o funcionário em questão conseguiu obter graças ao seu trabalho. ....

Questionou que tipo de plataformas informáticas eram que permitiam que um funcionário não esteja presente e faça um trabalho de acompanhamento atualizado que deve ser feito. ....

O **Vereador António Mota**, disse que eram casos que o preocupavam e preocupava-o principalmente a solidariedade de alguns técnicos, perante este tipo de situação, que ou não falam a verdade ou então andam longe daquilo que acontece efetivamente. Afirmou que nomeadamente os serviços SIG, os Serviços Jurídicos e os Serviços Técnicos da Câmara Municipal, sabiam e conheciam em que condições e as funções exercidas pelo colaborador em questão ao longo de muitos anos, inclusive o seu horário de trabalho, que fez parte do grupo de trabalho com as finanças mandado pelo Presidente da Câmara, na altura, para desempenhar algumas tarefas específicas e de um momento para o outro, para fazer vontades a outros, todos se fecham em copas e a solidariedade, o profissionalismo e a verdade, é deixada cair ao chão. ....

Lembrou que tinha sido Vereador da área do SIG e por isso conhecia muito bem o trabalho desenvolvido pelo colaborador em questão e por isso achava estranho que se consiga argumentar o que foi argumentado na informação que foi feita chegar. Acrescentou que deveria haver mais verdade, mais solidariedade entre os técnicos e aí sim, deveria decidir-se o que tinha que se decidir, mas na informação há situações escritas que não eram coerentes e obrigava os Vereadores a ficar a conhecer as personalidades de alguns técnicos da Câmara Municipal, o que lamenta. ....

Disse esperar que estas tomadas de decisão e de posições não possam provocar alguns dissabores a outras pessoas, lamentando mais uma vez a falta da verdade entre colaboradores que se conheciam há cerca de doze anos e de um momento para o outro conseguem negar um conjunto de situações,



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

o que o vai obrigar a ponderar sobre algumas informações técnicas que vêm a este órgão, porque podem não dizer a verdade, mas sim aquilo a que os obrigam a dizer.....

O **Vereador Rui Santos**, disse que se iria limitar à informação que lhe foi enviada, pois não conhecia a pessoa em questão, nem as funções que desempenhava. Deduz que seja um ato de gestão de Recursos Humanos e de cumprimento da lei e nessa medida não tinha nada a opor. ....

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que o que estava em discussão não era a conduta de trabalho desenvolvido pela pessoa em causa, mas sim o reconhecimento da necessidade de um lugar naquela área profissional. ....

Foi entendimento dos serviços que não havia a necessidade de haver um lugar efetivo na área em questão. ....

O **Vereador António Mota**, disse que esperava que a decisão não fosse igual ou parecida com a do Hugo Soares.....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal, mediante votação por escrutínio secreto, deliberou por maioria, com cinco votos a favor e dois votos contra, nos termos e com os fundamentos constantes da Informação/Proposta n.º 56 – Mandato 2017/2021, datada de 18.12.2018, não considerar o avençado Fábio Miguel Neves de Almeida, abrangido pelo programa de regularização extraordinária dos vínculos precários, por não cumprir os requisitos estabelecidos no n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, designadamente porque as funções exercidas não visam a satisfação de necessidades permanentes do serviço, inexistindo sujeição ao poder hierárquico, à disciplina e direção das chefias, sendo o vínculo jurídico adequado. ....

**PONTO 3 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 72/GAP – GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES INSCRITAS NA BASE DE DADOS MUNICIPAL DE ASSOCIAÇÕES – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO** .....

Intervio neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto.

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que há semelhança do que tem vindo a acontecer, este ponto era mais uma atribuição de subsídio a uma Associação, que só agora tinha formalizado o pedido, apesar de se ter falado com os dirigentes durante um longo período de tempo onde foi solicitado a entrega dos elementos e a direção foi dizendo que não tinha todos os elementos disponíveis, nomeadamente a documentação relativa às atas, sendo necessário formalizar, porque não estavam ainda mandatados. Acrescentou que, entretanto, o processo tinha sido resolvido e por isso vinha agora à reunião de Câmara para deliberar sobre a atribuição do apoio constante na informação.....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;.....

1.º - Aprovar a Minuta do Contrato Programa, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e as Associações Inscritas





Oliveira do Bairro câmara municipal

na Base de Dados Municipal, com vista à atribuição dos seguintes apoios financeiros: .....

Designação da Entidade	Subsídio
ADRAC – Associação Desp. Recr. Ambiente e Cultural do Rêgo	2.500,00 €

2.º - Os acertos, a haverem, relativo ao Apoio Financeiro Global, serão efetuados no cálculo do Apoio Financeiro Global referente ao ano de 2019;.....

3.º - Designar a Chefe de Divisão de História e Património Cultural Desporto e Lazer, Dr.ª Cristina Calvo como gestora dos contratos, para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos; .....

**PONTO 4 – RELATÓRIO FINAL DO JÚRI DO PROCEDIMENTO – CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO NO MONTANTE DE 2.220.000,00 €, PARA FINANCIAMENTO DE DIVERSOS INVESTIMENTOS – ADJUDICAÇÃO AO BANCO BPI, S.A. ....**

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e o Vereador Álvaro Ferreira. ....

O **Presidente da Câmara**, disse ser um ponto que já tinha sido afluído em reunião de Câmara, no que diz respeito à contratação de financiamento.....

Referiu que o procedimento efetuado era do conhecimento dos Vereadores, tendo sido a documentação enviada desde a abertura do procedimento até ao momento presente, para ser deliberado e enviado à Assembleia Municipal para a competente deliberação. ....

O **Vereador Álvaro Ferreira**, disse ter uma preocupação que já tinha sido levantada quer pelo movimento UPOB quer pelo PSD, aquando da discussão, em reunião anterior, de um outro empréstimo, relativamente à especificação da requalificação da rede viária. Questionou se essa mesma especificação não deveria vir exposta no presente contrato, se era um requerimento ou não por parte do Tribunal de Contas essa especificação para onde era dirigido o empréstimo.....

Teceu um comentário à proposta da Caixa Geral de Depósitos, que para além de suprida a proposta que tinha avançado não cobria a totalidade daquilo que a Câmara Municipal pretendia a nível de empréstimo, por vinte mil euros. ....

Mencionou que na ata era referido que vinha como anexo os emails de resposta enviados pelo Crédito Agrícola e pelo Banco Santander, no sentido de que não fizeram nenhuma proposta ao empréstimo, queria tentar saber quais os fundamentos apresentados pelas duas entidades bancárias. ....

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que a razão pela qual as duas entidades referidas não apresentaram proposta estava relacionado com o flat zero, ou seja, o pedido realizado às entidades bancárias, não previa o flat zero de que as taxas não poderiam ser negativas. O pedido realizado prevê que as taxas possam ser negativas e também tinha sido estipulado como topo máximo uma





Oliveira do Bairro câmara municipal

taxa de spread de 1,25 porque tinha sido feita uma consulta prévia ao mercado. ....

Referiu que a Câmara tem vários financiamentos contraídos anteriormente e vários referiam requalificação, beneficiação da rede viária concelhia. ....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte; .....

1.º - Subscrever a proposta de adjudicação da Contração do Empréstimo de Longo Prazo de 2.220.000,00 € (dois milhões duzentos e vinte mil euros), a minuta do Contrato de Crédito e do Plano de Pagamentos pelo prazo de 20 (vinte) anos, ao Banco BPI, S.A., nos termos do Relatório Final do Júri do Procedimento, datado de 17 de dezembro, que aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais; .....

2.º - Remeter aquela proposta à Assembleia Municipal com vista à sua competente aprovação; .....

3.º - Após a competente aprovação, remeter ao Tribunal de Contas, para efeitos de obtenção do respetivo Visto, toda a documentação, bem como todos os demais documentos exigidos nos termos legais. ....

**PONTO 5 – INFORMAÇÃO TÉCNICA 363.2018|DGUOM - APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO, RESULTANTE DA REVISÃO DE PROJETO, REFERENTE À AÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (PARU) 'P04 – REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DA RUA DOS BOMBEIROS E RUA ANTÓNIO OLIVEIRA E ROCHA'** .....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Rui Santos. ....

O **Presidente da Câmara**, referiu que era a última das PARUS que seria candidatada estando já prevista no pacto e vinha a este órgão, depois de ter havido necessidade de se rever o projeto. ....

Esclareceu que era a requalificação desde a Cândido dos Reis à Estação da CP e daí o valor global apresentado na informação e depois tinha uma repartição. Nessa repartição havia uma ligeira diferença, entre o valor global e a repartição efetuada, que tinha a ver com os trabalhos preparatórios que eram sempre exigíveis. ....

Face à apresentação pública do projeto que tinha acontecido, a diferença existente era a revisão do projeto, a inclusão da parte da ADRA que não estava vertida no anterior projeto e uma alteração na arquitetura na curva junto à Cerâmica Rocha, com mais alargamento da via, prevista pelos Técnicos do município que assim o entenderam e sugeriram, com a inclusão de um talude para a segurança de todos. ....

Esclareceu que houve inclusão de obras, que eram financiadas pela ADRA, à semelhança das outras PARUS. ....

Informou que o Município iria candidatar a parte que ia do talude da EN 235 à Estação da CP, sendo o limite que existia no pacto de obras candidatáveis, aproveitando assim o proveito máximo das



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

candidaturas apresentáveis conforme estava previsto no pacto. ....

O **Vereador Rui Santos**, disse que o Presidente da Câmara tinha referido o talude da EN 235, questionando se tinha alguma razão em especial para assim ser, porque para si faria mais sentido que a requalificação fosse até à Rua Principal da Lavandeira, não sabendo se teria a ver com o valor ou não.....

Referiu que deduzia que a primeira empreitada seria até ao edifício da Cerâmica Rocha, o que para si fazia sentido, esperando que a segunda empreitada não fique no esquecimento porque se não iria ter-se uma via qualificada até determinado ponto, um troço por qualificar e de seguida mais um troço qualificado, ficando uma ilha no meio. ....

Disse que seria de todo o interesse que se pensasse num projeto conjunto, na segunda empreitada, tendo em atenção a candidatura que venceu o projeto do Orçamento Participativo, tendo em atenção que o Mercado Municipal tem morte anunciada se nada for feito e nesse sentido seria bom que fosse feito um projeto em conjunto otimizando os recursos existentes. ....

O **Vereador Álvaro Ferreira**, tendo em conta a delimitação existente, em duas áreas de intervenção dentro da mesma PARU, questionou se o prazo de execução de nove meses já estipula a concretização dos dois limites.....

Referiu que se estava a falar de um troço no centro de Oliveira do Bairro que contemplava o Mercado Municipal, a Câmara Municipal e a estação da CP, referiu que seria necessário reformular-se a rede de ciclovias, também em todo o Concelho, tendo em atenção que já tinha sido aprovada a candidatura para ter bicicletas elétricas no Mercado Municipal e tendo um eixo viário que faz ligação entre a estação de comboios e o centro da cidade, fazia todo o sentido fazer um reforço na ciclovia à semelhança da já existente na Alameda, mantendo assim a coerência de intervenção nas PARUS de Oliveira do Bairro.....

O **Vereador António Mota**, disse que o Presidente da Câmara tinha já explicado a diferença dos valores, mas questionou se a justificação que tinha sido dada não deveria constar na informação. Questionou também a que se destinavam os cerca de quarenta mil euros de diferença, achando que era um valor elevado.....

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que não era obrigatório que constasse, porque a candidatura não era a abertura do concurso público, de momento era só o envio para a candidatura e por isso não era necessário.....

Relativamente ao destino do valor referido, era os procedimentos iniciais da abertura do procedimento, para os trabalhos iniciais necessários numa empreitada. ....

Referiu que aquilo que está a acontecer no presente projeto e nos outros projetos das PARUS, é que têm sido alvo de revisão e com essa revisão têm sido efetuadas sugestões à equipa projetista, face à realidade e à perceção dos Técnicos do Município. ....



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

Acrescentou que a equipa projetista estimou o valor global da obra num montante, a separação face a trabalhos é o que os Vereadores têm conhecimento, os trabalhos preparatórios terão depois o valor dos mesmos, trabalhos esses que são sempre necessários para a obra completa que vai desde a estação da CP até à Rua Cândido dos Reis.....

Reportando-se à questão do Vereador Rui Santos, esclareceu que a requalificação iria até ao talude da EN 235 porque o projeto incluía recuo do talude existente junto à casa da D. Alexandrina, sendo que o mesmo vinha terminar junto à passagem da EN 235, seguindo assim o projeto certo em termos de alinhamento de passeios, de forma a que não fique um gaveto. ....

Disse que era para seguir, as várias fases até porque o grosso do investimento era perto da estação da CP.....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de execução, com as alterações/correções decorrentes da revisão do Projeto, inerente à ação “P04 – Requalificação do espaço público da rua dos Bombeiros e rua António Oliveira e Rocha” e em consequência proceder à candidatura do projeto, no âmbito do concurso afeto ao Aviso n.º Centro-16-2018-13, enquadrado na prioridade de investimento 6.5 (6e), do Eixo Prioritário 7 – Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído. ....

#### **PONTO 6 – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DA 1.ª EDIÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO/2018 – PARA CONHECIMENTO.....**

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, e o Vereador Álvaro Ferreira. ....

O **Presidente da Câmara**, referiu que era um relatório final do projeto relativo ao Orçamento Participativo, agradecendo a presença de signatários dos projetos do Orçamento Participativo. ....

Solicitou ao Técnico Municipal Miguel Duarte, Coordenador do Projeto, que fizesse a apresentação do relatório.....

O **Coordenador do Projeto Miguel Duarte**, disse que o relatório fazia uma resenha do que tinha sido levado a efeito no âmbito da iniciativa do Orçamento Participativo, focando os aspetos positivos e os aspetos negativos.....

Referiu que o principal aspeto negativo focado no relatório, prende-se com o fator tempo e se se recordarem o projeto teve início com a apresentação do Regulamento e o início do procedimento tinha sido em janeiro e o término do mesmo aconteceu a 27 de setembro com a votação dos projetos. ....

Acrescentou que somente a meio do ano, mais precisamente a 14 de junho foi lançado publicamente o Orçamento Participativo 2018, o que significa que esta iniciativa foi verdadeiramente executada em



Oliveira do Bairro câmara municipal

apenas três meses. ....

Disse que se tinha optado por um caminho e o objetivo tinha sido atingido, ou seja, o financiamento de projetos idealizados pelos cidadãos, mas estavam conscientes que poderiam ter seguido outros caminhos, sabendo que podem ser criticados pela opção que fizeram. Acrescentou que no início do projeto o percurso tinha sido feito devagar, com alguma cautela que coincidiu com a fase de apresentação de propostas, daí que tenham apenas surgido sete propostas, contudo na fase de votação entrou-se em velocidade cruzado, de trinta participantes inscritos no início da votação, passou-se para mais de quinhentos inscritos. ....

Referiu que o que resultou de mais positivo tinha sido o facto de que dos quatro projetos levados a votação, três foram financiados e assim vão-se ter novos projetos a serem executados no ano de 2019, colocados à disposição de todos os munícipes, graças ao Orçamento Participativo. ....

Agradeceu ao Executivo Municipal pela iniciativa, pela confiança depositada na sua pessoa, ao Professor Doutor Giovanni Allegretti, pelo acompanhamento que deu ao projeto, à Dr.<sup>a</sup> Andreia Pereira, à Dr.<sup>a</sup> Sara Mieiro e ao André Chambel, querendo também agradecer a todos os participantes desta primeira edição do Orçamento Participativo de Oliveira do Bairro, especialmente aos proponentes dos Projetos, Tiago Gala, Fernando Henriques, Manuel Alberto, Fátima Carvalho e Patrícia Silva. ....

Disse estar certo que na edição do Orçamento Participativo de 2019, o futuro Coordenador de Projeto aproveitará o que de melhor correu nesta primeira edição e irá por certo corrigir o que correu menos bem e se se iniciar logo no mês de janeiro, o aspeto mais negativo que foi focado no Relatório, o fator tempo, não será um problema. ....

O **Presidente da Câmara**, agradeceu ao Técnico Municipal Miguel Duarte a forma como tinha encarado o projeto e como tinha apadrinhado o mesmo, tendo sido uma das grandes valias e das razões de ter tido o sucesso que teve. ....

O **Vereador Álvaro Ferreira**, disse que o Orçamento Participativo era uma das bandeiras que o atual Executivo tem implementadas no Concelho e há que debater e falar sobre esse projeto. ....

Dirigiu os parabéns à signatária Fátima Carvalho pela vitória do seu projeto D, pela mobilização e pelo trabalho e ideia que teve para o Concelho. ....

Disse que esperava que, no futuro, o Coordenador do Projeto continue a ser o colaborador Miguel Duarte que no relatório tinha reportado tudo o que sinteticamente tinha referido, as falhas que o projeto teve na sua fase inicial e todos tinham tido essa consciência. ....

Referiu que o nível de aceitação ou não da população, depende da comunicação que é feita, porque se verificou que através do facebook e instagram tinha havido comunicação, mas os seguidores eram poucos para o Concelho de Oliveira do Bairro e também influencia o tipo de população inscrita na votação. ....



Oliveira do Bairro câmara municipal

Lançou um desafio aos Membros do Conselho Municipal de Juventude, que eram pessoas que tinham mais contacto direto com as redes sociais e envolver os mesmos, seria uma forma assertiva de o projeto ganhar amplitude, até com as próprias Associações podem ter esse cuidado de incentivar possíveis candidatos, os próprios Presidentes de Junta de Freguesia. ....

Disse que teve oportunidade de testemunhar o isolamento que foi sentido pelo Coordenador do Projeto, em certas fases do projeto, nomeadamente quando foi a apresentação das propostas nas freguesias, havendo poucas pessoas a assistirem às apresentações. ....

Referiu que se deveria estabelecer até onde se queria ir em relação ao Orçamento Participativo, e o Miguel Duarte tinha avançado com o Orçamento Participativo Jovem, para si era um modelo interessante a implementar. ....

Disse que em função do tempo que houve o balanço era positivo, porque se arriscou em avançar com o projeto numa fase em que o eleitorado se tem afastado, mas foi positivo. ....

Dirigiu os parabéns a todos, valorizando um projeto da Câmara Municipal. ....

**O Presidente da Câmara**, informou que no final da reunião iriam fazer a entrega de uma pequena lembrança aos projetos vencedores, perante todos os presentes. ....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento do Relatório de Execução da 1.ª Edição do Orçamento Participativo do Município de Oliveira do Bairro/2018. ....

**RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA:** Foi presente o **Resumo Diário da Tesouraria** referente ao dia 20 de dezembro do ano de 2018, do qual constam os seguintes dados e valores: ....

**DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS:** ..... 1.489.329 Euros e 88 Cêntimos

**DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS:** ..... 741.804 Euros e 44 Cêntimos

**TOTAL DAS DISPONIBILIDADES:** ..... 2.231.134 Euros e 32 Cêntimos

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:** Apesar de haver público presente não se registaram quaisquer pedidos de intervenção. ....

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, eram quinze horas e dez minutos, tendo as deliberações sido aprovadas em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Câmara Municipal, por mim, Sílvia Rosa da Silva Oliveira, Assistente Técnica, que a redigi e pelos demais presentes que o desejem fazer. ....



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

---

Duarte dos Santos Almeida Novo

---

Sílvia Rosa da Silva Oliveira

---

Jorge Ferreira Pato

---

Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas

---

Susana Maria da Silva Martins

---

António Augusto Marques Mota

---

Álvaro Miguel Ferreira Ferreira

---

Rui Jorge Marques Santos